



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

VARA DO TRABALHO DE CIANORTE

Travessa Itororó, 188 - Centro - CEP 87200-153 – Cianorte-PR

Fone: (44) 3351-5570 e-mail: vdto1cne@trtg.jus.br

EDITAL DE LEILÃO Nº 001/2026

O DOUTOR EVERTON GONCALVES DUTRA, MM. JUIZ DA VARA DO TRABALHO DE CIANORTE, ESTADO DO PARANÁ, FAZ SABER que, para a realização do **1º leilão** designo o dia **19 de Março de 2026, encerrando a partir das 10h00**, por lance igual ou superior ao da avaliação, que será realizado na modalidade ONLINE; e o **2º leilão dia 19 de Março de 2026, encerrando a partir das 14h00**, pelo maior lance, não sendo aceito lance vil, que será realizado na modalidade ONLINE junto ao site www.jeileiloes.com.br, mediante cadastro prévio e envio de documentação em até 24 horas antes do Leilão no site www.jeileiloes.com.br, não sendo aceito lances por e-mail. Havendo lance nos três minutos antecedentes ao fechamento do pregão, este será prorrogado em mais três minutos para oportunizar aos interessados a oferta de novos lances, pelo Leiloeiro Oficial Sr. **JORGE VITORIO ESPOLADOR**, será realizado o LEILÃO dos bens penhorados nos processos que se relacionam abaixo:

01 – Autos sob nº 0000229-27.2025.5.09.0092 – Carta precatória expedida nos autos nº 0218900-50.1999.5.09.0020, oriunda da 1ª Vara do Trabalho de Maringá

EXEQUENTE: AVELINO JOSE VICENTE - (CNPJ/MF SOB O Nº 047.139.829-20)

Adv. do exequente: RITA DE CASSIA BASSI BONFIM (OAB/PR 7516)

EXECUTADO(01): LUIZ CARLOS BARRANCO MAREGA – (CNPJ/MF SOB Nº 388.728.629-49)

EXECUTADO(02): ELZO BARRANCO MAREGA – (CNPJ/MF SOB Nº 174.673.309-87)

EXECUTADO(03): ANTONIO MAREGA BARRANCO – (CNPJ/MF SOB Nº 331.151.689-34)

EXECUTADO(04): BOASAFRA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA – (CNPJ/MF SOB Nº 75.319.582/0001-72)

Adv. do executado(04): JAMAL RAMADAN AHMAD (OAB/PR 13.566)

QUALIFICAÇÃO DO(S) BEM(S): “**Parte ideal correspondente a 33,33% (trinta e três, vírgula trinta e três por cento)** da Data de terras sob nº 1 (um) da quadra nº 240 (duzentos e quarenta) medindo 630,00 m² (seiscentos e trinta) metros quadrados, da Planta Oficial da Cidade de Rondon, pertencente ao Executado Antônio Marega Barranco, com as divisas, metragens, confrontações e ônus constantes na matrícula **nº 9.125** do CR1 da Comarca de Cidade Gaúcha/PR. Sobre o terreno há uma edificação em alvenaria com cerca de 374,00 m².”

DATA DA PENHORA: 27 de agosto de 2025.

ÔNUS: **Mat. 9.125** – R12/9.125 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 1447-64.2015 junto a Vara Cível de Nova Esperança; R13/9.125 – Penhora referente aos autos nº 0002018-13.2015.5.09.0092, credor Avelino José Vicente, junto a Vara do Trabalho de Cianorte; AV14/9.125 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000214-76.2001.8.16.0117 junto a Vara Cível de Nova Esperança; R15/9.125 – Penhora referente aos autos nº 55050-2001.001.09.00, credor Josue Alan de Souza, junto a Vara do Trabalho de Curitiba; AV16/9.125 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000221-68.2001.8.16.0117 junto a Vara Cível Nova Esperança; AV17/9.125 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 8609300-27.2001.5.09.0020 junto a 1ª Vara do Trabalho de Maringá; AV18/9.125 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 8601700-36.2006.5.09.0195 junto a 3ª Vara do Trabalho de Cascavel; R19/9.125 – Penhora referente aos autos nº 0000367-65.2015.8.16.0070, credor Fazenda Nacional, junto a Vara Competência Delegada de Cidade Gaúcha; AV20/9.125 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0010500-41.2007.5.09.0023 junto a Vara do Trabalho de Paranavaí; AV21/9.125 – Indisponibilidade de Bens,

referente aos autos nº 0000637-55.1995.8.16.0017 junto a 4ª Vara Cível Maringá; AV22/9.125 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0001403-29.2021.8.16.0072 junto a Vara Cível Colorado; AV23/9.125 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000544-96.2008.8.16.0127 junto a Vara Cível Paraíso do Norte; AV25/9.125 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0085700-58.2001.5.09.0025 junto a 1ª Vara do Trabalho de Umuarama; R26/9.125 – Penhora referente aos autos nº 5003979-82.2014.4.04.7003, credor Derocir Alves, junto a Vara Federal de Maringá; AV27/9.125 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 1024000-87.2002.5.09.0006 junto a 6ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV28/9.125 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000975-68.2015.8.16.0133 junto a Vara Cível Pérola; AV29/9.125 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000354-80.2003.8.16.0072 junto a Vara Cível Colorado; AV31/9.125 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00188000-12.2002.5.09.0655 junto a Vara do Trabalho de Assis Chateaubriand; AV32/9.125 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0001065-17.2005.8.16.0072 junto a Vara Cível Colorado; AV33/9.125 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 5003979-82.2014.4.04.7003 junto a Vara federal de Curitiba, conforme matrícula. Eventuais outros constantes da matrícula imobiliária, após a expedição do respectivo Edital de Leilão.

VALOR AVALIAÇÃO: R\$ 266.640,00 (duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta reais), conforme auto de penhora e avaliação do ID 143c663, realizada em data de 27 de agosto de 2025.

DEPOSITÁRIO: ANTONIO MAREGA BARRANCO. Endereço: Avenida Rio de Janeiro, 405, Centro, Rondon/PR.

OBSERVAÇÃO: Diante do que dispõe o art. 891 do NCPC, não será aceito lance inferior a 90% (noventa por cento) do valor da avaliação (id 11278b5).

CONDIÇÕES e REGRAS GERAIS DO LEILÃO, deste Edital: Quem pretender arrematar os bens acima descritos deverá se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento.

Ficam cientes os interessados de que deverão verificar por conta própria a existência de todos os eventuais ônus reais existentes sobre os bens praceados e leiloados, recebendo tais bens no estado em que se encontram.

Em arrematação, poderá ser observada a forma parcelada (conforme autoriza o Provimento Geral Consolidado - artigos 281 a 283 e na forma do artigo 895 do CPC), sendo que, neste caso, o interessado deverá DEPOSITAR 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado, em até 30 (trinta) meses se bem imóvel, com atualização pelo índice IPCA, garantido pelo próprio bem (mediante anotação de hipoteca judiciária na matrícula), quando se tratar de imóveis e, quando se tratar de móveis, nos termos garantido por caução idônea, do art. 895, § 1º, do CPC (tais como: imóvel ou veículo livre e desembaraçado, apólice que atenda os requisitos estabelecidos no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16/10/2019).

Para os bens móveis, por medida de eficiência e razoabilidade, o parcelamento fica limitado a 12 (doze) meses, com parcelas no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Conforme parágrafos 4º e 5º do artigo 895 do CPC, “no caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas”, restando certo ainda que o “inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da

arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação”.

Em caso de resolução da arrematação por inadimplemento, o arrematante perderá, em favor da execução, o sinal/entrada de 25%, voltando a leilão o bem executado (CLT, art. 888, § 4º).

Em vista do que dispõe a Recomendação 2/2008 da Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho e a decisão do Conselho Nacional de Justiça no Procedimento de Controle Administrativo 200710000014050, independentemente do tipo de bem a ser levado à hasta pública (móvel ou imóvel), a comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, de responsabilidade do arrematante, e de 5% (cinco por cento) do valor da adjudicação, de responsabilidade do credor-adjudicatário.

Havendo pagamento da execução ou formalização de acordo, a(o) executada(o) arcará com as despesas do Leiloeiro.

Em casos de pagamento do débito ou formalização de acordo, o leilão somente será suspenso mediante comprovação do pagamento de todas as despesas processuais e recolhimento das contribuições previdenciárias, se houver.

Na hipótese de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a realização da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhora junto ao Cartório de Registro de Imóveis ou DETRAN, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicante.

Por ocasião de eventual arrematação/adjudicação, deverá o leiloeiro coletar a assinatura física ou eletrônica do arrematante para oportuna juntada nos autos, na forma do art. 903 do CPC, submetendo o documento à deliberação e assinatura do Juiz no prazo de 48 horas após o leilão, sendo que a partir da assinatura do respectivo auto pelo Juiz será a arrematação/adjudicação considerada perfeita, acabada e irretratável (CPC, artigo 903), fluindo, a partir de 05 dias após o leilão, o prazo legal de que trata o artigo 903, § 2º do CPC, independentemente de nova intimação.

Negativo o leilão, ficam desde já autorizados o(s) leiloeiro(s) nomeado(s) a proceder(em) diretamente a alienação dos bens, conforme autoriza o art. 888, § 3º, da CLT pelo **prazo de 90 (noventa) dias** corridos, a qual deverá ser formalizada mediante termo de alienação expedido pelo leiloeiro, com a assinatura do adquirente, a ser encaminhado aos autos, condicionada a formalização da venda à homologação do Juízo da execução.

Intimem-se as partes, inclusive de que será adotado diretamente o procedimento que faculta o § 3º do art. 888 da CLT. A parte que não tiver procurador deverá ser intimada pelos Correios. O edital de leilão valerá como intimação do ato, se frustrada a tentativa de intimação das partes pelos Correios (Provimento Geral da Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho da 9ª Região – Seção IV).

Caso os exequentes, executados, cônjuges, coproprietários, credores hipotecários ou qualquer outro interessado, não sejam cientificados, por qualquer razão, valerá o presente edital como intimação. (Provimento Geral da Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho da 9ª Região - Seção IV).

Por ordem do Doutor EVERTON GONCALVES DUTRA, Juiz do Trabalho desta Vara do Trabalho de Cianorte/PR, eu, Edmilson Silva Leão, conferi e subscrevi o presente edital.

Cianorte, 13 de fevereiro de 2026.

EDMILSON SILVA LEÃO

Diretor da VT de Cianorte